

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: A LEI 11.645/2008 NO CONTEXTO DO AEE

Cristiana Silva dos Reis ¹

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um desafio constante no cenário brasileiro, especialmente quando se considera a intersecção entre racismo e sexismo no atendimento educacional especializado (AEE). A Lei 11.645/2008, que incluiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica, representa um marco importante na luta contra a exclusão e discriminação. No entanto, sua efetiva implementação assim como outras temáticas no AEE ainda é um campo em desenvolvimento.

Este trabalho visa apresentar estratégias de trabalho sobre a temática de racismo e do sexismo no Atendimento Educacional Especializado (AEE), utilizando o histórico da professora Lélia Gonzalez, cuja contribuição para a compreensão da interseccionalidade entre racismo e sexismo na cultura brasileira é fundamental. A formação eurocentrada do país perpetua essas formas de discriminação, tornando essencial uma abordagem interseccional no AEE. A aplicação da Lei 11.645/2008 neste contexto é um desafio por considerar as especificidades dos estudantes com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento, bem como as barreiras institucionais e sociais.

Esta revisão analítica e crítica busca contribuir para a construção de uma educação mais justa e igualitária, explorando estratégias e abordagens para combater o racismo e o sexismo no AEE em classes de educação inclusiva da educação básica.

Este artigo tem como objetivo investigar o legado de Lélia Gonzalez, atualizando a discussão sobre sua importância e contribuição para o debate social. Através de uma análise das formas interseccionais de discriminação, propomos reflexões sobre a legislação vigente, apresentando estratégias que revivam o legado de Lélia Gonzalez e promovam a interseccionalidade no Atendimento Educacional

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes/PPGHCA da Universidade do Grande Rio/UNIGRANRIO, RJ. Bolsista CAPES, cristianareis2020@gmail.com

Especializado (AEE) como foco central deste trabalho e integrar elementos da cultura afro-brasileira e indígena no processo curricular.

A reflexão sobre essas questões é fundamental para promover inclusão e diversidade, especialmente para estudantes com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento. Analisaremos como o racismo e o sexismo se manifestam na cultura brasileira, uma cultura historicamente marcada pela colonização eurocêntrica e pela escravidão.

A obra de Lélia Gonzalez aborda as contradições do racismo e do sexismo na cultura brasileira, destacando o impacto sobre as mulheres e a influência colonial na identidade nacional. Seu trabalho revela as camadas de opressão na democracia racial brasileira, sendo essencial no registro das lutas e no debate sobre o racismo enraizado. As reflexões e lutas sociais após a Constituição Federal de 1988, incluindo o legado de Lélia Gonzalez resultando na última Lei 11.645/2008.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada através desta revisão é predominantemente analítica e crítica, focando uma estratégia na aplicação da Lei 11.645/2008 no contexto do atendimento educacional especializado (AEE). A abordagem envolverá uma revisão bibliográfica, através de um levantamento das principais teorias nas obras de Lélia Gonzalez.

Desta forma a metodologia seria contextualizar essas idéias através do fortalecimento das reflexões que se interseccionam no AEE, que ajuda a compreensão como fatores sociais se cruzam e influenciam a discriminação de pessoas com deficiências e transtornos.

As formas serão demonstrar as ideias principais de Lélia Gonzalez para que seu contexto seja desenvolvido em sala de aula regular e ainda na sala de recurso multifuncional, e assim sejam possíveis as adaptabilidades aos atendimentos especializados. Em consequência deste legado as ações correspondentes a estratégias de trabalho na educação básica com a temática de culturas afro-brasileiras e indígenas.

As estratégias incluirão atividades lúdicas, interativas e inclusivas que promovam a diversidade cultural e o desenvolvimento integral assim como várias outras propostas. Entretanto tais estratégias deverão ser desenvolvidas com mediação individual aplicadas em contextos reais de sala de aula ou na sala de recursos

multifuncionais, seguidas por uma avaliação sistemática para com a eficácia e identificar áreas de melhoria, todos conforme todas as outras atividades que devem ser feitas com outros temas.

As atividades visam a autonomia, o desenvolvimento de habilidades e seus potenciais se concentrando em projetos que abordem o racismo e o sexismo, com a promoção do processo de inclusão adaptadas às necessidades específicas de cada estudante. Respeito e valorização de estudantes através de atividades de: promoção de rodas de conversa sobre identidade e diversidade para o compartilhamento de experiências utilizando textos das obras de Lélia Gonzalez. Articulação entre sexo, classe e raça, compreendendo desigualdades sociais femininas indígenas e negras; utilização de colagens na reflexão sobre a “mãe preta” discutindo o seu papel social; pesquisas sobre outros grandes personagens negros e negras; elaboração de um e-book com histórias de vida e poesias a partir de “amefricanidade” e feminismo negro; elaboração de um diário de classe da diversidade; oficina de arte interseccional, raça e gênero; atividades lúdicas “quem sou eu”;

Todas essas atividades poderão ser iniciadas em sala de aula e continuar na sala de recursos através de recursos como realidade aumentada; aplicativos específicos; utilização de novas tecnologias. Destaque a importância da adaptação dos conteúdos as linguagens e como exemplo libras e o braile, e através do desenvolvimento de outras estratégias como pranchas e jogos no atendimento educacional especializado levando em consideração as necessidades de todos os estudantes.

Com base nos resultados avaliativos, reflexões críticas feitas os estudantes poderão ser feitas o ajustes no PEI (Plano educacional individualizado) das estratégias e tempo, garantindo sua adequação ao contexto do AEE. Tais ações buscam não só cumprir os requisitos legais, mas também a promoção de uma educação mais inclusiva, diversa e transformadora, alinhada as diretrizes do AEE com as idéias de Lélia Gonzalez e a Lei 11.645/2008.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico-metodológico deste estudo é baseado na intersecção entre o legado de Lélia Gonzalez as estratégias de desenvolvimento no currículo escolar conforme previsto pela Lei 11.645/2008, no contexto do atendimento educacional especializado (AEE).

Lélia Gonzalez foi uma importante intelectual, professora e ativista brasileira filha de um ferroviário negro e uma babá indígena que se destacou a importância da diversidade cultural e a valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas. No contexto do AEE, as contribuições de Lélia podem ser utilizadas para desenvolver práticas pedagógicas que respeitem e integrem essa diversidade cultural, promovendo uma educação mais inclusiva e equitativa no combate aos racismo e ao preconceito (GONZALEZ, 1988).

A Lei 11.645/2008 estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, combatendo o racismo e a discriminação. No AEE essa aplicabilidade envolve adaptações de conteúdo e práticas pedagógicas a fim de atender às necessidades específicas de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma educação que respeite e valorize suas identidades culturais (BRASIL, 2008).

Esse referencial teórico busca criar uma base sólida para o desenvolvimento de práticas e materiais didáticos específicos, a intersecção entre o legado de Lélia (GONZALEZ, 1983) e as estratégias podem ser demonstradas através da importância da diversidade cultural e as estratégias adaptadas do currículo para o AEE. Mas é importante o oferecimento da formação continuada para docentes e toda a comunidade escolar, sobre a importância dessas adaptações. E ainda a realização de avaliações e reflexões periódicas dessas práticas e sua eficácia.

O referencial teórico-metodológico será a demonstração da intersecção entre o legado de Lélia Gonzalez, as estratégias de desenvolvimento no currículo escolar e no atendimento a pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e superdotação (BRASIL, 2001).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os principais resultados seriam as estratégias desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado (AEE) que propõe adaptações curriculares, e que estão no contexto das especificidades de todos os estudantes a partir da interseccionalidades perpassando a temática da Lei 11.645/2008. Desta forma foi necessário o reforço de histórias de mulheres negras brasileiras com reflexões sobre empoderamento, autonomia, autoestima, e em especial Lélia Gonzalez, onde seu legado reforça a

importância de uma luta coletiva contra o racismo e o sexismo, e é preciso a continuidade e a necessidade do desenvolvimento da história e a cultura afro-brasileira e indígena nas escolas para as formas de desenvolvimento de atividades e estratégias de ações escolares, inclusive nas salas de aula regular e nas salas de recursos multifuncionais. Esse trabalho apresenta resultados positivos tanto para a formação continuada aos docentes quanto ao trabalho desenvolvido aos estudantes.

O pensamento desta grande intelectual negra e professora, que analisa como o racismo e o sexismo se manifestam na cultura brasileira, cuja formação é marcada pela colonização portuguesa e pela escravidão, intersecciona entre essas formas de discriminação.

As práticas desenvolvidas ajudam a desenvolver e promover uma educação inclusiva contextualizada curricularmente sendo considerada a diversidade cultural bem como sua valorização, sendo destaque um importante ambiente acolhedor e respeitoso a cada especificidade dentro de estratégias interseccionais. Estudantes com diferentes necessidades educacionais puderam se beneficiar participando da atividade e professores aprendendo em colaboração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se o reconhecido sobre os avanços com o fortalecimento do debate com discentes e docentes em encontros de formação continuada. Entretanto é imperioso os desafios a esse tema e a proposição do aumento das reflexões, debates, reportagens e projetos escolares incluindo educação em direitos humanos, sexismo, racismo e educação escolar indígena.

A temática não se esgota e o desafio é o fortalecimento do debate com docentes em formação continuada, a necessidade do aumento das reflexões, debates, reportagens e projetos escolares sobre a educação em direitos humanos, sexismo e racismo, e educação escolar indígena no AEE enquanto prioridade.

A relevância da temática conduz a resultados positivos que reforçam a importância de continuar o investimento na formação continuada e estratégias específicas no AEE. Práticas eficazes através da valorização da diversidade cultural na inclusão

Também se abre a oportunidade de discussão sobre a necessidade de novas pesquisas no campo de atuação, bem como diálogos com as análises referidas ao longo do resumo.

Palavras-chave: AEE; Racismo; Sexismo; Lei 11.645/2008.

REFERÊNCIAS

_____. Lei nº 10639. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf. Acesso em: 03 jun. 2024.

BRASIL. Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm?msckid=0c0d30. Acesso em: 03 jun. 2024.

(GONZALEZ, 1983). Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.